

Governo quer spreads de 0,5%

DIVÍDIA EXTERNA

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, acertaram ontem a estratégia que o Brasil adotará nas negociações com os credores da dívida externa, assim que forem concluídas as negociações com o Clube de Paris, no próximo dia 19: o ponto central a ser discutido deverá ser a redução das taxas de riscos (spreads) sobre a taxa de juros. Segundo Marcílio, um bom início para a discussão poderá ser o acerto de uma taxa de risco de 0,75%, inferior, portanto, à acertada pelo México com os bancos, de 0,8%. Mas uma fonte da Fazenda adiantou ao CORREIO que o governo reivindicará inicialmente um spread de 0,5%.

Apesar de ressaltar que é difícil prever o acerto de uma taxa de risco ao nível considerado satisfatório pelo Brasil, Marcílio Marques Moreira destacou que o momento atual é propício para o início das negociações. A conjuntura econômica internacional está favorável: o comércio internacional deverá crescer 4% em 87, o PIB dos países da OCDE está previsto para crescer 3%, as taxas de juros deverão permanecer decrescentes nos próximos meses e o preço do barril de petróleo deverá oscilar entre 15 e 18 dólares.

Os fatores negativos que se acumularam nos últimos meses, com a redução drástica dos saldos da balança comercial, destacou, estão sendo paulatinamente superados depois da adoção das medidas corretivas — aumento de preços e alteração na política cambial com a volta das minidesvalorizações praticamente diárias — e, assim, verifica-se uma reversão de tendências na política econômica de forma a favorecer o processo de negociação com os credores.

MORATORIA

A moratória deve ser discutida como instrumento de barganha com os credores internacionais, não podendo ser ela excluída 100 por cento, porém só dentro dos limites que atendam os interesses nacionais, disse Marcílio em resposta à indagação sobre o que achava da posição defendida pelo governador eleito do Paraná, Alvaro Dias, que ontem, pela televisão, defendeu sua adoção ou a suspensão temporária do pagamento dos juros como forma de pressionar diretamente os bancos. Para o governador paranaense, o Governo, até agora, utilizou apenas a retórica ao falar sobre o tema dívida externa, sendo necessário, daqui para frente, ser mais incisivo.

O importante, para o embaixador, é insistir na negociação.

de spreads mais baixos e alongamento das amortizações. Ressaltou que o País precisa defender o pagamento de spreads mais baixos do que os que estão sendo pagos. Atualmente, disse, o Brasil paga um spread superior a 2% — que corresponde a 30% da taxa de juros da libor, hoje, de 6,5%, alta — sobre o estoque total da dívida e o propósito oficial é o de pagar um spread mais baixo do que o que paga o México, sobre o estoque total e não somente sobre a parcela a ser negociada assim que estiverem concluídas as negociações com o Clube de Paris.

DINHEIRO NOVO

Paralelamente à negociação com os credores, que se dará após a concretização dos acertos com o Clube de Paris, o Governo, admitiu o embaixador, reivindicará novos empré-

“Estratégia será para conseguir, após Paris, taxa inferior à do México”

mos para incrementar os investimentos na produção. Certamente, ressaltou, estes não deverão ser concedidos nos moldes anteriores, mas de acordo com novas regras tais como investimento direto, transformação da dívida em capital de risco, negociação através da Bolsa (que implicará em doação de ações em pagamento), negociações com agências oficiais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e uma nova fórmula denominada “notas flutuantes”, que consiste na emissão de bônus lastreado pelo Banco do Brasil ou pelas próprias empresas que negociarem novos empréstimos.

Marcílio Marques Moreira negou-se a fazer maiores considerações sobre uma possível frustração das negociações com os credores devido às dificuldades enfrentadas no momento pelo Plano Cruzado em decorrência da insatisfação generalizada tanto dos empresários, com a demora em favor do descongelamento, como dos trabalhadores que se consideram prejudicados pelo congelamento, discussão esta que o Governo busca equacionar através do encaminhamento de um pacto social cujo desfecho permanece uma incógnita.

Ao mesmo tempo em que considerou positivas as condições atuais do cenário econômico internacional para a renegociação da dívida externa, Marcílio Marques Moreira destacou que, como fator negativo, tem a ser considerado um possível fortalecimento do protecionismo comercial norte-americano no qual estão incadas as razões da adoção das últimas medidas retaliatórias do governo americano de eliminar as vantagens dos produtos de exportação brasileiros, junto com os de outros países.

“Elas são lastimáveis e sérias”, disse. Na sua opinião, tais medidas deveriam ter sido discutidas, antes, no âmbito do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Elas não deverão, porém, impedir as exportações brasileiras para os EUA; só que, a partir de agora, as indústrias brasileiras, se quiserem manter o mesmo volume de vendas, para o mercado norte-americano, deverão ser mais competitivas. O embaixador negou, entretanto, que para que isso ocorra sejam necessárias alterações mais profundas na política cambial, com a adoção, por exemplo, de uma maxidesvalorização para compensar a perda provocada pelas retaliações comerciais que deverão oscilar entre 400 e 500 milhões de dólares, conforme já reivindicam os exportadores. Para Marcílio, as alterações na política cambial definidas pelo Governo em novembro são suficientes para estimular as exportações, como demonstra a reação de dezembro, cuja quantificação negou-se a informar, apenas lembrando que a Caxex tem apresentado estatísticas melhores do que as registradas em outubro e novembro, os meses em que a balança comercial apresentou os piores resultados do ano, respectivamente 210 milhões e 131 milhões de dólares de saldos comerciais.

As razões que levaram os EUA a aplicar a retaliação comercial são, segundo Marcílio Marques Moreira, o déficit comercial de 170 bilhões de dólares norte-americano em 1986 e a vitória do Partido Democrata nas eleições de novembro. Este, tradicionalmente, é um defensor do protecionismo comercial, reforçado, naturalmente, pelo volumoso déficit.

O embaixador descartou a possibilidade de a retaliação estar relacionada com a discordância dos EUA em relação à política brasileira de informática: “Não tem nada a ver, porque a retaliação comercial está diretamente ligada ao Sistema Geral de Preferências (SGP) o qual revê, de tempos em tempos, a cada dois anos, as tarifas impostas às importações norte-americanas”.

CORREIO BRAZILIENSE

- 6 JAN 1987